



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP

ROBSON SANTOS DA SILVA

Aquisição de produtos da agricultura familiar pelo setor público: Um estudo de caso em 3 municípios da RIDE-DF.

Planaltina - DF
2022

ROBSON SANTOS DA SILVA

Aquisição de produtos da agricultura familiar pelo setor público: Um estudo de caso em 3 municípios da RIDE-DF.

Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio, para obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador. Dr. Mário Lúcio de Ávila

Supervisor de Estágio: Marco Aurélio de Carvalho Vieira e Silva.

Planaltina - DF
2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, que fez com que os meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, Valdirene dos Santos Silva e Evandro Rodrigues da Silva, ao meu irmão, Rômulo Santos da Silva, que me incentivaram nos momentos difíceis e me ajudaram mesmo a distância e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava na realização deste trabalho.

Também quero agradecer a minha namorada Diana Dayara, no qual sempre me incentivou, me motivou e me ajudou no decorrer do trabalho e durante minha caminhada na faculdade.

Ao professor Mário Lúcio de Ávila, agradeço por ter sido meu orientador e pela oportunidade de aprendizado, o qual foi de grande importância para elaboração deste trabalho. Também quero agradecer a toda equipe do CEGAFI - Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília, no qual me deu a oportunidade de realizar o estágio obrigatório. Muito obrigado!

Agradeço ao Marco Aurélio, meu coorientador no desenvolvimento do trabalho, pela sua atenção e por seus apontamentos e sugestões importantes para concretização desse trabalho de conclusão de curso. Sua ação me incentivou em todos os momentos da pesquisa, e sempre me tranquilizou nas dificuldades encontradas. Sou muito grato por tudo. Obrigado!

Gostaria de agradecer os entrevistados dos municípios de Água Fria (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO), os quais foram essenciais para a obtenção dos dados da pesquisa, pela atenção, pela disposição de tempo para realizar uma conversa virtual e pela generosidade em ajudar no que fosse preciso. Obrigado!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios selecionados para a pesquisa.....	18
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados.....	21
Tabela 2 - Número de agricultores familiares.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
RIDE-DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
GO	Goiás
COPLAN	Cooperativa Agrícola de Planaltina
IFG	Instituto Federal de Goiás
PAM	Produção Agrícola Municipal

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	10
2- OBJETIVO GERAL	12
2.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	12
3- REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1- Agricultura familiar	13
3.2- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	14
3.3- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)	17
4- METODOLOGIA	19
4.1- Etapas da pesquisa e caracterização dos sujeitos	20
4.2- Instrumentos de coletas de dados	21
5- RESULTADOS	22
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICE 1	34

RESUMO

O processo de compras públicas estimula e influencia toda organização e o ciclo socioeconômico local, tendo em conta o poder de aquisição do Estado. Desse modo, o presente trabalho investiga o processo de compras da produção agrícola da agricultura familiar pelo setor público nos municípios de Formosa (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) e Água Fria de Goiás (GO). O estudo foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa e teve como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada e teve a participação dos gestores responsáveis pelo setor da agricultura familiar de cada município. Os resultados encontrados apontam que todos os municípios recebem do Governo Federal um repasse financeiro para o PNAE, porém foi identificado que dois municípios estão abaixo do esperado conforme a Lei nº11.947 de 2009, que ressalta que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Dessa maneira, todos os municípios deveriam efetuar um quantitativo maior de compras da agricultura familiar, principalmente o município de Formosa (GO), no qual a porcentagem é menor do que o recomendado. O município de Santo Antônio do Descoberto (GO), deve estimular os seus agricultores familiares para produzir mais, no qual seria um benefício para o desenvolvimento do próprio município, tendo uma dependência menor de cooperativas vizinhas, pois realizaria as compras públicas dos seus próprios agricultores familiares para abastecer a sua rede de ensino e até mesmo outro órgão público do município. Por fim, o município de Água Fria de Goiás (GO), foi o único a comprar os 30% da agricultura familiar, e caso se organize pode chegar a comprar 100% da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Agricultores familiares; Compras públicas; Alimentação Escolar.

ABSTRACT

The public procurement process stimulates and influences the entire organization and the socioeconomic cycle, taking into account the purchasing power of the State. Thus, the present work investigates the process of purchasing agricultural production from family farming by the public sector in the municipalities of Formosa (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) and Água Fria de Goiás (GO). The study was developed with a qualitative approach and used a semi-structured interview as an instrument for data collection, in which the managers responsible for the family farming sector in each municipality participated. The result found was that all municipalities receive a financial transfer from the Federal Government to the PNAE, but it was identified that two municipalities are below expectations according to Law No. School Feeding - PNAE should be invested in the direct purchase of family farming products. In this way, all municipalities should make a greater amount of purchases from family farming, especially the municipality of Formosa (GO), in which the percentage is lower than recommended. Therefore, the municipality of Santo Antônio do Descoberto (GO) should encourage its family farmers to produce more, which would be a benefit for the development of the municipality itself, having less dependence on neighboring cooperatives, as it would carry out the public purchases of its own family farmers to supply their education network and even another public agency in the municipality. Finally, the municipality of Água Fria de Goiás (GO) was the only one to buy 30% of family farming, and if it organizes itself, it can buy 100% of family farming.

Keywords: Family farmers; Public purchases; School Feeding.

1- INTRODUÇÃO

De acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a principal fonte dos alimentos que são produzidos para o consumo da população brasileira é produzida pela agricultura familiar. Conforme os dados do MAPA, mais de 10 milhões de pessoas estavam empregadas na agricultura familiar em setembro de 2017, isso representa aproximadamente 67% de todos os trabalhadores agrícolas. Ainda vale salientar que a agricultura familiar também foi responsável por 23% (equivalente a 107 bilhões) do valor global dos produtos produzidos pelos estabelecimentos agropecuários. (IBGE, Censo Agropecuário, 2017).

Em seguida, vale evidenciar que a agricultura familiar é formada por pequenos produtores rurais, aquicultores, pescadores, entre outros. O setor se destaca principalmente na produção de milho, trigo, pecuária leiteira, gado de corte, feijão, cana, arroz, aves, suínos, fruticulturas e hortaliças (MAPA, 2022). Desse modo, para os autores Tomasetto, Lima e Shikida (2009), a agricultura familiar, além das diferentes produções, ao contrário da cultura convencional, procura equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente em uma agricultura sustentável.

Sobre a comercialização da agricultura, Pierri e Valente (2015), acrescentam que os circuitos curtos de comercialização são importantes para a economia local, pois geram emprego e renda e proporcionam alimentação saudável. Ainda na opinião dos autores, o intermediário também pode desempenhar um papel positivo no mercado, auxiliando no escoamento da produção de uma região, oferecendo um volume maior e uma oferta diversificada, trazendo também para o mercado, produtos de agricultores que não realizam comercialização direta.

Em sequência, os autores Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014), destacam que o circuito curto pode ser definido como a comercialização de produtos agrícolas, no qual visam o estabelecimento de relações diretas entre os agricultores e consumidores. De acordo com os mesmos autores, esclarecem que pode ocorrer de forma direta ou indireta, com a intervenção de apenas um intermediário.

Ainda sobre este assunto, Fornazier e Waquil (2013), destacam que os produtores rurais devem buscar atender as demandas necessárias que o mercado exige para comercializar os produtos, como diferenciação, qualidade, normas sanitárias e exigências ambientais. Desse

modo, a produção de alimentos ou agropecuária depende particularmente das condições de tempo, tanto em termos de volume de produção quanto em termos de qualidade dos produtos agrícolas. Além disso, a produção tende a se concentrar em algumas estações do ano, apesar dos avanços tecnológicos e do uso de capital em atividades agrícolas. (AZEVEDO, 2012, p.67).

Nesse cenário, o PNAE aparece como um grande mercado para a agricultura familiar, trazendo em vista o volume de recursos que circula na alimentação escolar. (ASSIS et al, 2019). Desse modo, Peixinho (2013), ressalta que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é o programa de alimentação e nutricional mais antigo do país, e também o maior programa de merenda escolar gratuito do mundo.

O PNAE vem sendo desenvolvido ao longo do tempo e visa contribuir para o desenvolvimento, aprendizado e desempenho acadêmico dos alunos, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de merenda escolar e atividades de educação nutricional. (FNDE, 2018).

Os principais benefícios do PNAE são ensinar as pessoas a comer, promover a saúde e uma alimentação adequada, saudável e sustentável; fornece refeições que priorizam alimentos *in natura*, fornecidos pela natureza, tais como: verduras, legumes, carnes frescas, leite e grãos que representam comida de verdade no prato das escolas. Por fim, o PNAE incentiva um ciclo na economia local com a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o que leva a criação de novas oportunidades de empregos em cooperativas e na produção agrícola. (IDEC, 2022).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Diante do exposto, o presente trabalho procura descrever o processo da aquisição da produção agrícola da agricultura familiar pelo setor público nos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO). Nesse sentido, a proposta é investigar principalmente quantos por cento os municípios compram diretamente da agricultura

familiar, e se essa compra é toda destinada para o programa nacional de alimentação escolar ou se é destinado para outros setores públicos do município.

2- OBJETIVO GERAL

Caracterizar a agricultura familiar e investigar o processo das compras da produção agrícola da agricultura familiar pelo setor público nos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO) no âmbito do PNAE.

2.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar a agricultura familiar nos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO).
- Investigar a porcentagem de alimentos da agricultura familiar que é comprada para abastecer as escolas dos municípios, conforme regulamentação.
- Investigar para quais áreas além das escolas, o setor público direciona os alimentos comprados da agricultura familiar.

3- REFERENCIAL TEÓRICO

3.1- Agricultura familiar

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, especifica as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Segundo a legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Ainda sobre esse tema, para Altafin (2007), a produção camponesa familiar ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e efetua o trabalho na unidade produtiva, sendo capaz de produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

Portanto, para Jollivet (2001, p. 54), enfatiza que as unidades da agricultura familiar hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e continuam a ser empreendimentos econômicos que operam em regime de economia familiar.

Sobre a agricultura familiar, Abramovay (1992), destaca que a agricultura familiar altamente integrada ao mercado, e capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas públicas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

A agricultura familiar nos anos 1990 era tratada como pequena produção e era vista como improdutivo estando num patamar de esquecimento (SCHNEIDER, 2003). Após o movimento do Estado e sindicato, a pequena produção passou a ser reconhecida como agricultura familiar, para dar mais incentivo a essa categoria, o governo criou no ano de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no qual dá acesso ao crédito ao agricultor familiar. (DUARTE et al, 2020).

Deste modo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias. (RES. Nº 4.107).

Ainda sobre o exposto, os dados do Censo Agropecuário 2017 revelam que houve, em relação ao Censo 2006, uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar. Além disso, o setor também foi o único a perder trabalhadores. Enquanto 702 milhões de novos empregos foram criados na agricultura não familiar, e 2,2 milhões de trabalhadores deixaram o setor de agricultura familiar. (IBGE-CENSO, 2017).

Ainda assim, a agricultura familiar continua a representar a maioria dos estabelecimentos agrícolas do país com 77% (por cento) e ocupa uma área de 80,89 milhões de hectares, isso equivale a 23% (por cento) do total das terras agrícolas. Em comparação com os grandes estabelecimentos responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar produz menos, apenas 23% (por cento) do total do país. (MAPA, 2019).

A agricultura familiar no Brasil, no entanto, é uma crescente forma social de produção, tendo o reconhecimento pela sociedade devido às suas contribuições materiais e imateriais. A partir das diversas formas de expressões e suas organizações sociais correspondem múltiplos discursos identitários e demandas sociais. (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

Deste modo, para o autor Lamarche (1974), existem diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, o ponto de vista mais conhecidas partem do pressuposto dos tipos de produção agrícola, propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra.

A importância da agricultura familiar, segundo Heberlê et al. (2017), ressalta que “a vinculação com a segurança alimentar e nutricional, com a preservação de alimentos tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais, tem a capacidade de estimular as economias locais e ao desenvolvimento rural e com a geração de postos de trabalho”.

3.2- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955 sob o nome de Campanha de Merenda Escolar e administrado pelo FNDE, é a política pública de segurança alimentar e nutricional mais antiga do Brasil. Sendo assim, o PNAE oferece mais de 50 milhões

de refeições, mas além da oferta de alimentos, há um foco especial no aprendizado dos alunos sobre nutrição e alimentação. (MEC, 2017).

Tendo em vista isso, o PNAE aparece como um programa que garante o apoio escolar dos alunos matriculados em escolas públicas desde o ensino infantil, fundamental e médio (jovens e adultos). (FNDE, 2017).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Dessa maneira, o Governo Federal repassa, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (entre fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

A luz desse tema, Lei nº 11.947, determina que no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem que ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. (BRASIL, 2017).

Para tanto, o programa é dividido em duas modalidades: escolaridade e centralizada. Na primeira modalidade de escolaridade, as secretarias estaduais ou as prefeituras da educação transferem os recursos diretamente para as creches e escolas, e passam a ser responsáveis pela execução do Programa (BELIK; CHAIM, 2009). Os autores Belik e Chaim (2019), salienta a modalidade centralizada, acontece quando as secretarias estaduais da educação ou prefeituras atuam com o Programa em todas as fases, assim, recebem, administram e prestam contas do recurso federal, e são responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e do mesmo modo na elaboração dos cardápios.

Para efetuar a elaboração desses cardápios, o portal do FNDE, enfatiza os valores por aluno por dia que são repassados atualmente aos estados e aos municípios, no qual é determinado de acordo com as etapas de ensino, segue abaixo os valores:

Creches – R\$ 1,07

Pré-escolas – R\$ 0,53

Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,64

Ensino fundamental, médio – R\$ 0,36

Educação de jovens e adultos – R\$ 0,32

Ensino integral – R\$ 1,07

Assim, o repasse é feito direto aos municípios e estados, com base no Censo Escolar realizado um ano antes do atendimento. Esse repasse do programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, com apoio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público. (FNDE, 2017).

O valor, como se observa, é extremamente pequeno, incapaz de permitir a confecção de um cardápio mínimo aos estudantes. Desde 2017 não há correção da per capita desse valor e assim mesmo, o atual presidente Jair Bolsonaro vetou no mês de agosto de 2022 a emenda parlamentar à Lei de Diretrizes Orçamentárias que prevê o reajuste de 34%. Se aprovada, seriam destinados novos 5.5 bilhões de reais à alimentação escolar no país.

Já as compras da agricultura familiar destinadas para a alimentação escolar, estão regulamentadas pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), no qual se dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino fundamental no âmbito do PNAE. Dessa maneira, são definidos as etapas e o modo de como funcionam as compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. Posto isso, os agricultores familiares podem participar como fornecedores da alimentação escolar nas seguintes condições: os grupos formais têm que incluir cooperativas e associações de agricultores formalizados e detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Já os grupos informais, têm que apresentar o projeto de venda e ser detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física). E por fim os fornecedores individuais têm que ser agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física). (FNDE, 2017).

Diante do exposto, Malaguti (2015), ressalta que a relação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar é baseada nos fundamentos das diretrizes do PNAE, no qual as normas são definidas pelo programa no emprego da alimentação adequada e saudável, sabendo utilizar os alimentos de formas diferentes. Assim, tendo que respeitar a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; apoio ao desenvolvimento sustentável, com estímulo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, e produzido pela própria agricultura familiar.

Conforme a mesma autora Malaguti (2015), destacar que a compra institucional da agricultura familiar, é a parte de um sistema que reconhece a necessidade de pensar em um formato de produção de alimentos, no qual possa atender as demandas nutricionais da população e garantir a evolução socioeconômica dos agricultores familiares, a partir do formato alternativo de produção e comercialização dos alimentos.

3.3- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

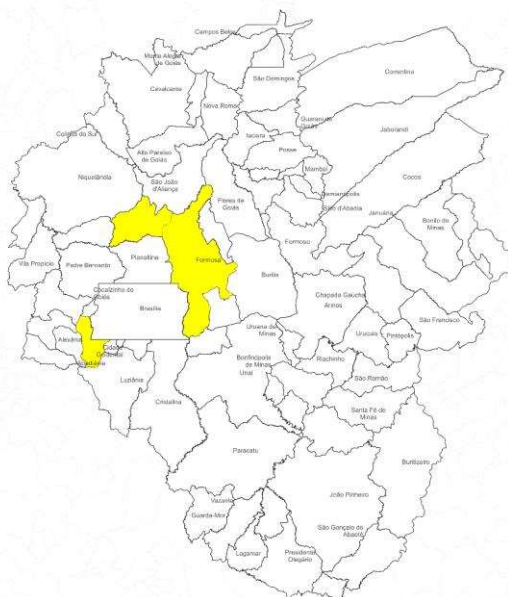
A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride) foi instituída pela Lei complementar nº 7.469, de 04 de maio de 2011. A Ride visa promover projetos de desenvolvimento econômico e melhorias nas políticas públicas em nível regional, com investimentos priorizando interesses compartilhados entre os associados, a fim de promover o desenvolvimento integrado e beneficiar a população.

Posto isso, a RIDE-DF é composta por municípios do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Esses municípios trabalham em conjunto para desenvolver políticas públicas comuns a eles, a fim de promover o crescimento da sua população. Seu principal objetivo é reduzir as disparidades internas entre os municípios participantes, bem como entre os municípios e o governo federal, são abordados diversos temas, tais como: limpeza ambiental, segurança pública, geração de emprego, fortalecer a agricultura, infraestrutura, entre outros. Ademais, segundo os dados do IBGE de 2019, a RIDE-DF engloba um PIB 304,53 bilhões, com uma população de aproximadamente 4.758.469 habitantes. (CODESE, 2022).

Assim, atualmente compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: Distrito Federal; os municípios do Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício; os municípios de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. (Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 163, de 14 junho de 2018).

Percebendo a amplitude da RIDE e de sua influência econômica e social, para a realização desse estudo de conclusão de curso, foram selecionados três municípios da RIDE-DF, sendo eles: Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO). No qual, está representado na figura 1, os municípios que aceitaram participar da entrevista de forma virtual.

Figura 1: Municípios selecionados para a pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Água Fria de Goiás é um município localizado no estado de Goiás e conforme os dados do IBGE 2021, o município tem uma área territorial de 2.023,636 km². Tendo uma população estimada em 5.843 pessoas. Entretanto, a quantidade de agricultores em estabelecimentos agropecuários é de 647 estabelecimentos, em que apenas 139 deles têm acesso à assistência técnica. (IBGE, 2021).

Já Formosa é uma cidade localizada no estado de Goiás e de acordo com os dados do IBGE de 2021, o município tem uma área territorial de 5.804,292 km². Com uma população estimada em 125.705 pessoas. No entanto, a quantidade de agricultores em estabelecimentos agropecuários é de 2.476 estabelecimentos, no qual apenas 676 deles têm acesso à assistência técnica. (IBGE, 2021).

Santo Antônio do Descoberto, por sua vez, é uma cidade localizada no Estado de Goiás e de acordo com os dados do IBGE de 2021, o município tem uma área territorial de 943.948

km², com uma população estimada em 76.871 pessoas. Além disso, vale destacar que a quantidade de agricultores em estabelecimentos agropecuários é de 583 estabelecimentos, onde apenas 25 deles têm acesso à assistência técnica. (IBGE, 2021).

4- METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa que envolve o processo de apuração das compras da produção agrícola da agricultura familiar pelo setor público nos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO). O propósito das informações coletadas são para que estas possam estimular mais estudos e projetos de pesquisas sobre compras públicas da agricultura familiar com foco no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Dessa maneira, os autores Denzin e Lincoln (2011), reforçam que a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo, dessa forma isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos nos termos dos significados que as pessoas fornecem a eles.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo realizado caracteriza-se como descritivo uma vez que ela identifica as características do processo de aquisição de alimento pelo setor público. Com isso, Gil (1994), descreve que as pesquisas deste modelo têm como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Desse modo, tem vários estudos que podem ser classificados com esse título, é uma das características mais utilizadas e a técnica padronizada de coleta de dados.

Já sobre a pesquisa descritiva, Vergara (2000), ressalta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, além de poder estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. E para o Mattar (1999), as pesquisas descritivas alcançam grande número de métodos de coleta de dados compreendendo: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio e questionários pessoais.

Além disso, a presente pesquisa contou com dados secundários. De acordo com Cunha (2001), as fontes secundárias podem ser bases de dados, bancos de dados, bibliografias e

índices, biografias, catálogos de bibliotecas, centro de pesquisas, filmes, internet, tabelas, museus, arquivos e coleções científicas.

4.1- Etapas da pesquisa e caracterização dos sujeitos

Para coleta dos dados, o presente estudo utilizou-se da entrevista semiestruturada. Logo o presente questionário aplicado na entrevista com os especialistas foi composto por 14 questões (apêndice 1), o qual tinha como finalidade obter informações sobre a agricultura familiar e sobre a execução do programa nacional de alimentação escolar em seus respectivos municípios.

Sobre a entrevista, os autores Laville e Dionne (1999), destacam que a técnica da entrevista semiestruturada oferece uma flexibilidade a coleta de dados, tendo uma maior abertura ao entrevistado, tornando as respostas mais fidedignas, desse modo, a entrevista é conduzida verbalmente de acordo com uma ordem pré-determinada, mas o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento.

Ainda de acordo com Laville e Dionne (1999), salienta-se que a entrevista semiestruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização, não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores.

Em vista disso, antes de efetuar as entrevistas foi necessário o envio de um e-mail de convite para os diversos atores chaves dos municípios da RIDE-DF. Segue o modelo utilizado abaixo:

“Prezado(as) Senhor(as), Boa tarde. Sou Robson Santos, graduando em Gestão do Agronegócio pela Universidade de Brasília - (UnB) e atualmente estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso o qual tem como objetivo: **Investigar o processo das compras da produção agrícola da agricultura familiar pelo setor público nos municípios integrados à Ride-DF.** Diante disso, e sob a supervisão dos meus orientadores Mario Ávila e Marco Aurélio gostaríamos de realizar uma entrevista de forma virtual ou presencial com o secretário de agricultura do município ou outro profissional que possa conversar conosco a respeito do meu tema de pesquisa para trabalho de conclusão de curso”.

Em face do exposto, a tabela 1 apresenta a lista dos municípios que foram contactados e os cargos dos entrevistados. Optou-se por não colocar os nomes dos entrevistados para não gerar nenhum constrangimento.

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados.

Entrevistados	Municípios	Cargos
1	Água Fria de Goiás (GO)	Fiscal de Tributos e Postura.
2	Formosa (GO)	Secretário da Agricultura.
3	Santo Antônio do Descoberto (GO)	Superintendente da Agricultura Familiar.

Fonte: Elaboração própria.

Dessa maneira, as entrevistas foram realizadas entre os dias 05 e 12 de agosto do ano de 2022. Optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada, pois está “fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL, 2002, p. 64). Desse modo, é permitido ainda que o entrevistador possa acrescentar questões, acerca dos conteúdos investigados, para esclarecimentos ao longo de sua realização.

4.2- Instrumentos de coletas de dados

O instrumento utilizado para obter os dados primários por meio de entrevistas foi a plataforma Meet. O Google Meet é uma ferramenta gratuita da empresa Google, que permite chamada de vídeo, voz e compartilhamento de tela em grupo (AL-FRAIHAT et al., 2020). O acesso a ferramenta pode ser feito de duas formas: via web, no qual o usuário clique em um link gerado na criação da videoconferência; ou via aplicativo. (MARINHO et al., 2020).

Ademais, a ferramenta utilizada para auxiliar na coleta de dados foi a plataforma Google Forms. Esse é um aplicativo que pode criar formulários através de uma planilha no Google Drive, em que os formulários são elaborados pelo usuário ou utilizar os formulários prontos pelo aplicativo. Esse serviço é gratuito, o usuário basta ter uma conta no Gmail para efetuar o acesso a essa ferramenta. Sendo assim, o formulário fica armazenado no próprio servidor do Google, podendo ser acessado a qualquer momento e do local que desejar. (MOTA, 2019).

5- RESULTADOS

Diante das respostas obtidas com as entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis pela gestão e controle das informações da agricultura familiar dos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) e Formosa (GO), serão apresentados a seguir os elementos e conseqüentemente suas respectivas avaliações sobre o processo das compras de alimentos proveniente da agricultura familiar em seus respectivos municípios.

Dando início às entrevistas, foi questionado primeiramente se os entrevistados tinham o conhecimento do quantitativo de agricultores familiares nos seus respectivos municípios. O entrevistado de Água Fria (GO), ressaltou que o município tem aproximadamente 120 produtores familiares. Porém o quantitativo de agricultores está menor em relação ao dado do SIDRA-IBGE (2017), este que apresenta que o município no ano de 2017 tinha aproximadamente 361 agricultores familiares.

Quanto ao entrevistado do município de Formosa (GO) alegou que atualmente existem cadastrados 1800 agricultores familiares. Portanto é uma informação que pode ser confirmada com os dados disponibilizados pelo IBGE (2017), que em Formosa (GO) existem aproximadamente 1802 agricultores familiares. (SIDRA, 2017).

Por sua vez, o entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO) afirmou que em sua região existem mais de quatro mil agricultores. Porém, de acordo com SIDRA-IBGE 2017, o município tem aproximadamente 473 agricultores familiares, dessa maneira, é possível deduzir que o entrevistado pode ter entendido a pergunta de maneira errada e mencionou a quantidade total de agricultores sendo grande, médios e pequenos que existem no município. Em consideração a isso, a tabela 2 apresenta o quantitativo de agricultores familiares nos municípios citados anteriormente.

Tabela 2 - Número de agricultores familiares

Municípios	Total de agricultores	Agricultores familiares	Nº informado pelos entrevistados
Água Fria de Goiás (GO)	647	361	120
Formosa (GO)	2476	1802	1800
Santo Antônio do Descoberto (GO)	583	180	400

Fonte: IBGE 2017 e dados da pesquisa.

Por seguinte, foi questionado se o município compra a produção agrícola da agricultura familiar. Diante do questionamento, o entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO) declarou que o município efetua as compras através de cooperativa dos municípios vizinhos e destacou que os produtores familiares locais, não têm produção suficiente para abastecer todo o município. Ademais, o município de Formosa (GO), afirmou que as compras acontecem através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por emendas parlamentares. Em sequência, o município de Água Fria (GO), enfatizou que a prefeitura efetua a compra dos agricultores familiares do município e das cooperativas vizinhas.

Em seguida, foi questionado quais são os principais alimentos adquiridos da agricultura familiar. Desse modo, os alimentos destacados pelos entrevistados foram: hortifrutigranjeiros, olericultura e fruticultura, cenouras e beterrabas.

Desta maneira, de acordo com os dados do IBGE 2017, Santo Antônio do Descoberto (GO), tem uma produção relevante em relação à produção de granjeiros, no qual pode-se comprovar no site do IBGE, tendo em torno de 532 estabelecimento agropecuários, com um efetivo de 723 mil cabeças de galináceos. (IBGE, 2017).

Já no município de Formosa (GO), as atividades são voltadas para a área de olericultura e fruticultura, no qual é provável comprovar na produção agrícola municipal do IBGE, assim, mostra a quantidade produzida dos alimentos em toneladas, o município possui aproximadamente 67 toneladas de abacate, 473 toneladas de bananas, 99.000 toneladas de cana-de-açúcar, 7.329 toneladas de mandioca, 36 toneladas de manga, 6.683 toneladas de tomate e 100 toneladas de uva. (IBGE - PAM, 2021).

Com isso, no município de Água Fria de Goiás, os alimentos produzidos na região são: bananas, laranja, limão, palmito, mandioca e entre outros alimentos.

Logo de acordo com IBGE (tabela 5457, agrícola municipal PAM), o município de Água Fria de Goiás, possui uma quantidade produzida de 1.560 toneladas de bananas, laranja apresenta 16.040 toneladas, 1.650 toneladas de mandioca, 40 toneladas de limão e 3 toneladas de palmito. (IBGE - PAM, 2021).

Por seguinte, foram indagados se os municípios aderem ao PNAE e todos alegaram que sim. Conforme eles, o PNAE é importante nos seus respectivos municípios, pois fornece aos

alunos da rede pública uma alimentação saudável e de qualidade, também ajuda os produtores na geração de renda para suas famílias e para o município.

Conseqüentemente, Malaguti (2015), ressalta que a relação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar é baseada nos fundamentos das diretrizes do PNAE, no qual as normas são definidas pelo o programa no emprego da alimentação adequada e saudável, sabendo utilizar os alimentos de formas diferentes. Dessa maneira, tendo que respeitar a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; apoio ao desenvolvimento sustentável, com estímulo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, e produzido pela própria agricultura familiar.

Sabendo da importância do PNAE, foi perguntado sobre o quantitativo de alimentos da produção da agricultura familiar que são repassados para as escolas municipais. O entrevistado de Formosa (GO), destacou que do total de 1800 agricultores familiares, menos de 30% têm suas produções direcionadas para as escolas locais. Ademais, o entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO), afirmou que o município compra os alimentos através da cooperativa e que aproximadamente 30% é repassado às escolas. No entanto, o entrevistado reforça que a compra dos alimentos vem de outros municípios. O entrevistado de Água Fria de Goiás (GO), afirmou que “hoje o município compra 30% da agricultura familiar, no qual é o mínimo estabelecido pela Lei nº11.947/2009, entretanto, o intuito do município é chegar aos 100% da compra direto da agricultura familiar, pois o entrevistado afirma que o município tem o potencial, mas falta a organização”.

Diante disso, o entrevistado de Formosa (GO) foi questionado sobre os motivos por não ter uma porcentagem maior nas compras agrícolas da agricultura familiar. O entrevistado relatou que na avaliação dos nutricionistas contratados pelo município, os produtores familiares não produzem o quantitativo suficiente para atender toda demanda e por isso a prefeitura acaba efetuando a compra direta dos alimentos em mercados. Porém, ele ressaltou que a meta dos próximos anos é chegar aos 30% a 40% das compras da agricultura familiar para abastecer as escolas. Isso será interessante para a política pública e para o desenvolvimento dos agricultores, como também para a região econômica do município. Com isso, o município de Formosa (GO) alcançaria a meta estabelecida na lei, no qual seria benéfico para o município e teria uma rede maior em relação às políticas públicas exercidas no próprio município.

Quanto ao município de Santo Antônio do Descoberto (GO), conforme já apresentado, no atual cenário, os agricultores familiares não possuem produção para atender todas as escolas do município, dessa forma os alimentos são comprados de municípios vizinhos para abastecer todas as escolas da região.

Em sequência, foi questionado sobre o quantitativo de escolas que atualmente recebem o apoio do programa nacional de alimentação escolar. O entrevistado de Formosa (GO), ressaltou que “dentro do edital são colocadas todas as escolas do município, até as escolas da zona rural são alcançadas, porém a alimentação que é destinada para a zona rural tem uma burocracia maior, pois tem que passar primeiro na prefeitura para só assim ser liberada, após esse processo é destinada para as escolas que ficam fora do setor urbano. Já para as escolas localizadas no setor urbano, a entrega é feita diretamente pelo agricultor familiar, dessa forma não tem uma burocracia igual as escolas da zona rural”.

Em seguida, o entrevistado de Água Fria (GO), declarou que 4 escolas recebem o apoio do PNAE, sendo uma escola estadual e três escolas municipais. Conforme os dados do IBGE (2021), o município de Água Fria de Goiás (GO), contém 5 escolas do ensino fundamental e 2 escolas do ensino médio, deste modo pode-se destacar que o município abastece cerca de 50% das suas escolas com o programa nacional de alimentação escolar.

O entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO), relata que o quantitativo que recebe apoio do PNAE, é de aproximadamente 10 escolas. Desta maneira, segundo os dados do IBGE (2021), o município de Santo Antônio do Descoberto (GO) possui 27 escolas do ensino fundamental e 5 escolas do ensino médio. Desse jeito, pode-se dizer que o município atende cerca de um terço das escolas com o PNAE.

Seguidamente, o entrevistado de Formosa (GO) foi indagado como ocorre a comercialização dos alimentos da agricultura familiar para as escolas do município. Ele destacou que os gestores responsáveis pela educação do município fazem uma lista de demandas e passam para os produtores rurais. Em vista disso, o município de Santo Antônio do Descoberto (GO), o entrevistado enfatiza que a comercialização ocorre através de cooperativas vizinhas, com isso um caminhão vai até o município deixar os alimentícios para abastecer o município.

No município de Água fria de Goiás (GO) o entrevistado destacou que a comercialização dos alimentos no município, “acontece através de cooperativas vizinhas e da

agricultura familiar do município, no qual as cooperativas têm a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), com isso as cooperativas aproveitam para fazer a comercialização e para ajudar os produtores, em termo de documentações, notas fiscais, no qual acaba facilitando o processo das vendas dos alimentos”. A cooperativa que abastece o município é a Coplan do próprio município e a outra fica localizada na região de Padre Bernardo (GO).

Logo em seguida, foi perguntado quantos agricultores familiares fornecem alimentos para o município. No município de Santo Antônio do Descoberto (GO), atualmente não possui uma rede local de fornecimento de alimentos para as escolas do município, por isso os alimentos vêm através de cooperativas. Enquanto isso, em Formosa (GO), o entrevistado descreve que a quantidade varia de acordo com edital e conforme a produção do semestre, desse modo tem que analisar com os agricultores estão se organizando, seja em grupos formais ou individuais, caso os produtores esteja se organizando individualmente o alcance é maior em relação aos alimentos, caso contrário se for por cooperativas o alcance diminuiria, dessa maneira depende bastante do ano ou até mesmo do edital do PNAE estará disponível, se é de interesse do produtor ou não.

Sobre o assunto em questão, o entrevistado de Água Fria de Goiás (GO) não soube informar o número exato, pois têm produtores em cooperativas de outros municípios. Portanto, alguns produtos são produzidos no próprio município, porém tem produtos produzidos nos municípios vizinhos também, dessa maneira fica como uma licitação”.

Posteriormente, os entrevistados foram questionados como ocorreu a divulgação do PNAE nos seus respectivos municípios. No município de Santo Antônio do Descoberto (GO), o entrevistado falou que a divulgação foi realizada através de reuniões com os produtores familiares e com os representantes das associações. Logo o entrevistado de Formosa (GO) afirmou que foi por meio de edital, mídia e técnicos de campo. E o entrevistado de Água Fria de Goiás (GO), salientou que a divulgação ocorreu por meio de edital aberto no site, em postos de comercialização e na prefeitura.

Logo após, foi abordado quais os benefícios gerados com as compras dos alimentos da agricultura familiar. O entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO), acentua que teve benefício, mas foi através do PAA, o qual gerou aumento da renda dos agricultores e da

comercialização, como também acesso a alimentos de qualidade. O entrevistado de Formosa (GO), descreve que as mudanças foram claras no município, ele deu o seguinte exemplo:

“tinha pessoas que não possuía uma geladeira em casa e através dos benefícios das políticas públicas exercida no município e com a entrada de recursos financeiros nas contas dos produtores rurais, as lojas e bancos autorizaram créditos aos produtores para comprar geladeira e até mesmo fazer empréstimos para efetuar a compra de outros bens”.

Já no município de Água Fria de Goiás (GO), o entrevistado relata que houve um ótimo retorno para o município, no qual os agricultores podem comprar os seus próprios insumos e esse recurso acaba gerando mais renda, e mais emprego no município.

Também foi questionado se além das escolas tinha outro órgão público que recebia alimentos da agricultura familiar. O entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO), relatou que além das escolas, os setores que recebem são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Associação dos deficientes. O entrevistado de Formosa (GO) destacou que grande parte dos alimentos são direcionados para o CRAS, os quais são distribuídos nos eventos e projetos realizados no município.

Com isso, se o município de Formosa (GO) entregasse alimentos diretamente às escolas, os moradores mais carentes do município não teriam como se beneficiar dos alimentos que sobriam nas escolas. À vista disso, os alimentos eram destinados para o CRAS, em que a população teria um acesso maior aos alimentos que sobriam e depois poderiam ser distribuídos para as pessoas mais carentes no município.

Já no município de Água Fria de Goiás (GO), o local onde recebe as compras da agricultura familiar, são somente as escolas, desse modo não tem outro órgão público que receba os alimentos.

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre a existência de outra política pública no município. O entrevistado de Santo Antônio do Descoberto (GO), destacou que existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No entanto, o entrevistado de Água Fria de Goiás (GO), aponta que o município trabalha apenas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O entrevistado de Formosa (GO), frisa que na realidade existem vários outros programas de políticas públicas, mas os que o município trabalha atualmente são o PAA e o PNAE.

Desta maneira, por meio dos dados repassados pelo os entrevistados de Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO), pode-se efetuar melhorias futuras, principalmente no município de Santo Antônio do Descoberto (GO). Deste modo, o município poderá fazer minicursos, palestras e divulgações, no qual teria o intuito de incentivar os produtores da agricultura familiar local, podendo produzir uma quantidade significativa para poder abastecer o município com a sua própria produção, em que daria um retorno no desenvolvimento do próprio município em relação às compras públicas.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Água Fria de Goiás (GO), Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO). Para mais, investigou para quais áreas além das escolas, o setor público direciona os alimentos comprados da agricultura familiar.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores responsáveis pela agricultura dos municípios do presente estudo. As análises realizadas no trabalho permitiram conhecer de maneira geral a situação em relação às compras agrícolas da agricultura familiar para abastecimento das escolas dos respectivos municípios.

Notou-se que apenas o município de Água Fria de Goiás (GO) está com o desenvolvimento adequado de acordo com a Lei nº 11.947/2009, o qual determina que os municípios comprem no mínimo 30% da agricultura familiar. Com isso, vale destacar a importância dos municípios comprarem uma porcentagem significativa da agricultura familiar, no qual isso colabora para a geração de renda e de emprego no município, tendo uma melhoria no nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Sendo assim, a qualidade dos produtos pode aumentar.

Entretanto, os outros municípios estão abaixo do esperado em relação às compras públicas voltadas para atendimento do PNAE, pois o ideal era o município de Formosa (GO) comprar os 30% da agricultura familiar ou até mesmo uma porcentagem maior. Quanto para o

município de Santo Antônio do Descoberto (GO) seria importante proporcionar assistência técnica e apoio aos produtores pois seria de grande incentivo para os produtores locais, a produzir mais alimentos para ter um desenvolvimento maior no município, no qual acabaria rendendo mais benefícios para o próprio município, e deixaria de depender de cooperativas vizinhas.

A respeito da relação do direcionamento dos alimentos da agricultura familiar para outros órgãos públicos. Pode-se ressaltar que os municípios de Formosa (GO) e Santo Antônio do Descoberto (GO), tem um alcance maior em relação a Água Fria de Goiás (GO), pois conseguem direcionar os alimentos também para os CRAS, no qual esses alimentos servem de doações para outras pessoas ou famílias que não têm condições de comprar alimentos de qualidade.

Vale destacar que houve algumas dificuldades para o levantamento dos dados do trabalho, pois inicialmente foi feito o convite de entrevista para 7 (sete) cidades integradas a RIDE-DF, no qual foram enviados e-mails e mensagens pelo WhatsApp, mas apenas Água Fria de Goiás (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) e Formosa (GO) estiveram a disposição para uma entrevista.

Ressalta-se ainda que apesar da Política de Aquisição de Alimentos ter seu nome alterado no atual governo para Programa Alimenta Brasil (PAB) os entrevistados referem-se ainda ao antigo e consagrado nome PAA. Outra ressalva importante é que apesar dos baixos percentuais de compras realizadas pelos municípios pesquisados, todos foram unânimes em apontar vantagens para a dinâmica econômica local.

Por fim, através das análises efetuadas neste trabalho, espera-se ajudar futuros trabalhos relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, dando mais amplitude sobre o mesmo tema ou até mesmo buscar uma análise maior do que foi apresentada nesse trabalho, tendo como intuito uma análise de todos os municípios que fazem parte da RIDE-DF.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN. I. **Reflexões sobre o conceito da Agricultura Familiar**. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2017.

Assis, T. R. D. P. França, A. G. D. M. Coelho, A. D. M. (2019). **Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros 1** Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57, 577-593.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AZEVEDO, P. F. **Comercialização de Produtos Agroindustriais**. In. BATALHA, M.O. *Gestão Agroindustrial*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BERGAMASCO, S.M. P & DELGADO, G. C. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BELIK, W; CHAIM, N, A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, v.22, p.595-607, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/6VSmJZgBmq8svcyYKnxxqyM/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/civil_3/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 26 de 17 de julho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível: <<https://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 163 de 14 de junho de 2018**. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro na Escola aos alunos da educação básica. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 26 de 17 de julho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível: <<https://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. 2001.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGICO DO DISTRITO FEDERAL - **Panorama do desenvolvimento do Distrito Federal - 2022 - Ride**, Disponível em: <<http://codesedf.org.br/>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

DENZIN, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). The Sage handbook of qualitative research. London: Sage.

DA SILVA MOTA, J. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php>>. acesso em: 30 de junho de 2022.

FORNAZIER, A., & WAQUIL, P. D. (2013). A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens.

HEBERLÊ, A. L. O.; SICOLI, A. L.; SILVA, J. S. S.; BORBA, M. F. S.; BALSADI, O. V.; PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR- IDEC- **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em:<<https://idec.org.br/>>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Produção Agrícola Municipal - Água fria de Goiás. Disponível em: <[Tabela 5457: Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes \(ibge.gov.br\)](#)>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Produção Agrícola municipal - Formosa. Disponível em: <[Tabela 5457: Área plantada ou destinada à colheita,](#)

[área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes \(ibge.gov.br\)](#)>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DE CONSUMIDOR - IDEC - **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em:<[O que é o PNAE e por que é ele importante para alimentação escolar | Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor](#)>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CENSO AGROPECUÁRIO 2017- **Agricultura familiar - número de estabelecimentos agropecuários**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

JOLLIVET, M. Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, capitalisme (France XXe Siècle). Paris: Arguments, 2001. 400 p.

LANKA, E., Rostron, A., Singh, P., & Lanka, S. (2022). Introdução à Chamada de Artigos Tutoriais de Pesquisa Qualitativa em Estudos de Administração Contemporânea para Edição Especial da RAC: Um Editorial. *Revista de Administração Contemporânea*, 26.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO -MAPA- **Agricultura familiar**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **Programa de referência mundial na alimentação escolar**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

MARINHO¹, T. B., Lemos¹, R. S., Nunes, A. L. B., Silva, A. C. B., do Nascimento, D., & Cavalcante, S. VIABILIDADE DO GOOGLE MEET EM AULAS REMOTAS. Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia e III Simpósio Internacional de Educação em Engenharia do ABENGE - 2020.

MENEGHETTI, G. A., & Souza, S. R. (2015). A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. *Terceira margem Amazônia*, 1(5).

MALAGUTI, J. M. A. (2015). Programa Nacional De Alimentação Escolar (Pnae): Desafios Para A Inclusão Dos Produtos Da Agricultura Familiar Na Merenda Escolar De Itapeceirica Da Serra–SP. *Osasco: UNIFESP*.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.909-916, 2013.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. Anais. In: **53º Congresso de Economia e Sociologia Rural. Alagoas. 2015.**

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso 5 de julho de 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, n.51, p.99-121, fev. 2003.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE 1

Perguntas utilizadas para as entrevistas com os atores da pesquisa

01- Nome:

02- Área que atua ou (cargo):

03- O município tem conhecimento de todos os agricultores familiares do município?

04- O município compra da Agricultura Familiar?

05- Quais os alimentos que o município compra da Agricultura Familiar?

06- O município conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar?

07- De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O município compra quantos por cento da agricultura familiar? dessa forma o município compra quantos por centos da agricultura familiar?

08- As escolas do município são abastecidas com os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

09- Quantas escolas hoje recebem o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar?

10- Quantos agricultores familiares fornecem alimentos para o município?

11- Como o município trabalhou na divulgação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para os agricultores familiares?

12- Quais foram os benefícios gerados com a compra dos alimentos da agricultura familiar?

13- Além das escolas, tem algum setor público que recebe as compras da agricultura familiar?

14- Além do PNAE, existe outro programa de políticas públicas no município que impulse a compra dos alimentos da agricultura familiar?